

**Seminário
Economia dos Setores Populares:
Sustentabilidade e Estratégias de Formação
Universidade Católica do Salvador e CAPINA – Dezembro de 2006**

ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO NO CAMPO DA ECONOMIA DOS SETORES POPULARES

Marcos Arruda¹

ÍNDICE

O Educador

I - Da Economia Popular à Economia Solidária

II - Economia Solidária no Brasil: Etapa Ainda Inicial

III - Economia Solidária e Desenvolvimento

IV - Estratégias de Formação em Economia Solidária e Desenvolvimento

Anexo I – Campos da Formação para o Desenvolvimento Integral

Anexo II - Educação Cooperativa: A União faz a Vida

Anexo III – Programas de Educação Cooperativa da Colacot

¹ Economista e educador do PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Rio de Janeiro), facilitador da UNIPAZ, Universidade Internacional da Paz e sócio do Instituto Transnacional (Amsterdam).

**A Carlos Rodrigues Brandão,
Educador da Práxis,
companheiro e irmão de caminhada.**

O EDUCADOR

A tradição chinesa nos ensina a relação entre o ser humano e os elementos da natureza. Na formação dos setores populares para fazerem a transição da economia popular para a economia solidária, existe um personagem que é essencial: a educadora e o educador popular. Início esta reflexão relacionando-me enquanto educador com os seis elementos da Natureza na sabedoria chinesa.

TERRA – Esta é a minha conexão como educador com o chão, a terra, as possibilidades e limites do meu corpo, em condições de trabalho feitas por seres humanos, num planeta em que uma ação tem influência sobre tudo que existe. A Terra me sugere, como educador:

- * Ser humilde, reconhecendo meus limites e não atribuindo os avanços somente a mim;
- * Estar conectado aos outros à minha volta e às realidades que estamos construindo com base num projeto comum; a reconhecer os limites de cada situação, não sendo perfeccionista nem me exaurindo inutilmente;
- * Resistir às tentações egocêntricas de impor aos outros meus próprios caminhos, alienando-os e perdendo a eficácia;
- * Reconhecer o peso dos oponentes, as classes proprietárias e usar a força delas contra elas e a nosso favor;
- * Ser responsável por cuidar da Terra, assegurar que nossa geração passe às próximas a mãe Terra tão íntegra quanto nossas forças e inteligência permitam.

ÁGUA – Minha fluidez, minha capacidade de trabalhar com a incerteza e de adaptar-me aos desafios à medida que a vida os coloca no meu caminho e na caminhada do movimento da economia solidária. A água me ajuda, como educador:

- * A trabalhar com o inesperado, que é a regra na educação libertadora;
- * A ficar ligado ao povo em todas as suas adversidades, e na sua diversidade;
- * A encontrar o riso e o sentido misterioso do mundo ao redor e nos meus próprios esforços;
- * A trabalhar não somente na luz, mas também na sombra das minhas emoções, não apenas na coragem e na honra, mas também no temor e na dúvida;
- * A ouvir o Outro, dando-lhe minha atenção mesmo quando não compartilhamos da mesma opinião;
- * A trabalhar com paixão, mesmo quando não temos a resposta (“não me importa saber o que você sabe até eu saber o que lhe importa”);
- * A aliviar a secura das lutas diárias e curar as feridas infligidas pela injustiça.

MADEIRA – É o combustível que mantém aquecido o meu interior, a raiz que me sustenta nos momentos de frustração, impotência e desespero. A madeira me ajuda, como educador:

- * A me renovar e nutrir para que eu dê o melhor de mim, a cuidar de mim para que eu seja um exemplo da educação que eu partilho com outros;
- * A lembrar-me das estações – há um tempo para construir e um tempo para destruir; um tempo para rir, um tempo para chorar;
- * A estimular equilíbrio e integralidade nos outros; sem eles, só ensinamos que o trabalho social é um caminho para uma lenta queimada que me consome;
- * A ser persistente e perseverante, com a paciência de uma árvore que afunda suas raízes no solo de estações tão diversas.

FOGO – Este é a minha raiva contra a injustiça, a opressão e a alienação, minha paixão pela dignidade e pela paz verdadeira. O fogo me ajuda, como educador:

- * A inspirar outros com a convicção de que cada um deles é único e o que eles fazem tem valor;
- * A agir na minha e nossa defesa contra as provocações e as injustiças de fora e de dentro do movimento da economia solidária;

- * A manter acesa a paixão pelo meu trabalho, em vez de apenas realizar tarefas burocraticamente e tratar os educandos como números;
- * A apoiar toda ação ousada em favor da justiça, mesmo quando não tenho certeza de que vai dar certo;
- * A canalizar minha raiva recusando o ódio, pois a raiva é cheia de energia potencial e de informação, ao passo que o ódio é estéril e só destrói;
- * A gerar luz do calor do diálogo crítico.

METAL – É coragem. É o reconhecimento de que preciso definir meus princípios como pessoa e como educador da economia solidária, e estar pronto a pagar um preço por vivenciá-los. O metal me ajuda, como educador:

- * A saber onde me situo, de modo a não cair com qualquer tranco;
- * A ser duro, quando necessário, sem perder a ternura jamais;
- * A apoiar o Outro quando, mesmo atemorizado, encontra coragem de fazer alguma coisa;
- * A lidar com as ofensas, desilusões, traições, feridas pessoais que provêm das lutas no interior da economia solidária.

AR – É a imaginação e o espírito. É a visão e a criatividade que vitalizam o movimento. O ar me ajuda, como educador:

- * A recordar os que vieram antes de nós na luta pela justiça econômica e social e imaginar caminhos de interpretar o espírito dos ancestrais nas condições atuais;
- * A ter presente e valorizar a dimensão espiritual do meu trabalho;
- * A pensar grande frente ao cinismo que domina;
- * A imaginar a vitória mesmo diante de tamanhos obstáculos dos poderosos e da grande mídia tentando paralisar ou erradicar o movimento.²

I

DA ECONOMIA POPULAR À ECONOMIA SOLIDÁRIA

Diferentemente de Nuñez (2002), Ana Mercedes Sarria e Lia Tiriba (2003) e outros autores,³ prefiro limitar o termo *economia popular* à economia espontânea daqueles e daquelas que não encontram lugar no mercado de trabalho e tomam iniciativas econômicas voltadas para garantir a sobrevivência física própria e de suas famílias. Emprego o termo *economia solidária* (que usarei neste artigo para fins de simplificação) ou *socioeconomia solidária* (PSES), ou *economia social solidária* (Ripess), ou ainda *economia do trabalho* (Coraggio, 2003: 88) para me referir a um modo de relações sociais de produção centrado no trabalho, saber e criatividade do ser humano, voltado para a satisfação das suas necessidades materiais e imateriais num intercâmbio sustentável e harmônico com o meio natural, e tendo como modo predominante de relação a cooperação e como valores fundantes a solidariedade consciente para com todos os seres, o respeito à diversidade, a reciprocidade e o amor (entendido como atitude de acolhimento

² Inspirado no texto canadense citado na bibliografia (Burke et al., 2002:15-17).

³ Tendo a respeitar a escolha de nome feita por cada um, e dialogar, sim, sobre o conteúdo que de que o nome é portador. Por esse motivo, embora respeitando a nomenclatura de *economia popular* aplicada ao que chamamos comumente economia solidária ou economia do trabalho, mantenho esta distinção por me parecer prática e mais próxima da realidade.

do outro como outro e como parte essencial do meu próprio existir)⁴. Neste trabalho proponho o uso do termo Economia Social para incluir a Economia Popular e a Economia Solidária.⁵

Colocada nestes termos, a Economia Solidária é:

- * uma economia centrada no ser humano situado no seu meio natural e, portanto, subordinada à política da partilha e à ética da sustentabilidade da vida (Arruda, 2006);
- * um meio de geração de trabalho e renda para a gente excluída do mercado capitalista;
- * um modo de resgatar a economia da posse, em que ser dono dos bens produtivos é uma situação transitória, função do trabalho oferecido, e não do capital que se investe;
- * uma economia do suficiente, em que só se toma da natureza o necessário e só se consome bens materiais suficientes para sustentar o desenvolvimento da vida;
- * uma economia cujas atividades estão subordinadas a objetivos eco-sociais;
- * um caminho de emancipação do trabalho humano das cadeias da mera sobrevivência material e da relação social assalariada ou precarizada;
- * um caminho para a democratização dos ganhos da produtividade, que leva à redução do tempo de trabalho necessário à sobrevivência física, liberando-o para o desenvolvimento dos potenciais humanos superiores;
- * a visão de um sistema econômico inseparavelmente associado ao social, ao cultural, ao simbólico e ao espiritual.⁶

Kraychete tem razão ao dizer que ao longo do último século e meio coletivos de trabalhadoras e trabalhadores desenvolveram diversas formas de trabalho que contestam a organização capitalista do trabalho, e que estas formas antecedem os nomes hoje adotados como referências de uma outra economia (2006: 15). Os nomes atuais buscam dar coerência à diversidade de práticas que contrariam a lógica e a ética do capital e tateiam em busca de convergência. Considero que não é por acaso que expressões como *economia solidária ou social solidária* e *economia do trabalho* têm se difundido amplamente, ao ponto de serem hoje mais ou menos mundializadas. Elas correspondem à busca concreta, sobretudo depois do fracasso do social-estatismo na Europa Central e Oriental, de uma outra práxis econômica coerente com o projeto de emancipação social e humana.

O coração do sistema da propriedade privada e excludente é o lucro e a ilusão do crescimento exponencial da produção e consumo sempre maior de bens materiais. Portanto,

⁴ Vejamos o que diz o biólogo chileno Humberto Maturana a respeito do amor: « A emoção fundamental que torna possível a história da hominização é o amor. Isto pode parecer chocante, mas, insisto, é o amor (...) O amor é constitutivo da vida humana mas não é nada especial. O amor é o fundamento do social, mas nem toda convivência é social (...) O amor é a emoção que funda o social : sem aceitação do outro na convivência não há fenômeno social” (Maturana, 1990: 22).

⁵ Economia Social quer dizer o setor da economia de um país que não é estatal nem privada. Portanto, o uso que proponho para a expressão fica restrito a este texto, pois não é o melhor, dado que, como explico em seguida, considero que a Economia Popular em geral faz parte, ainda que marginal, da economia do Capital em termos de relações sociais e de valores e expectativas.

⁶ Ver Dobradura do PACS sobre *Socioeconomia Solidária*, 2006. Ver também o eco-testamento de Philippe Amouroux em www.socioeco.org/documents.

um coração material e mecânico. É um coração economicista, que coisifica o ser humano e o reduz ao mero *homo oeconomicus* ou *homo consumens*. Tal visão se funda num conceito equivocado de ser humano: o do *indivíduo individual*, absoluto, superior a tudo e a todos, desconectado de todos e do mundo, com direito a subordinar para seu uso outros indivíduos e a própria natureza. Este economicismo nutre a ilusão de que o crescimento exponencial da produção e do consumo de bens materiais é possível e desejável. A cegueira em relação à destruição humana e ambiental que geram tais práticas, e às ameaças de extinção da própria vida no Planeta que dela derivam, parece ter contaminado a quase totalidade dos dirigentes empresariais e políticos do mundo de hoje. Daí a ausência de vontade política para tomar medidas eficazes de modificação do padrão de consumo, produção e propriedade que está na raiz de desastres cada vez mais iminentes.

A meu ver a economia espontânea dos setores populares ainda está povoada pelo *homo oeconomicus* e *consumens*. A educação que o sistema do Capital realiza tem por finalidade treinar as pessoas a tomar este paradigma como natural e comportar-se de acordo com ele. Os mais importantes educadores deste sistema são os especialistas em *marketing*, em propaganda. Vejamos o que diz um brilhante economista norueguês-estadunidense do começo do século 20, Thorstein Veblen, a este respeito:

A produção de uma clientela através da publicidade se relaciona, decerto, com uma produção sistemática de ilusões estruturadas em virtude de ‘modelos de ação’ julgados úteis. O termo útil tem a ver aqui com o vendedor em benefício de quem se faz a produção da clientela. Segue-se que os técnicos realizando este trabalho (...) são por assim dizer peritos e experimentadores em psicologia aplicada e têm uma tendência profissional a uma espécie de psiquiatria criativa. Suas atividades cotidianas visam necessariamente a manipulação criativa de hábitos e de desejos, e eles estimulam efeitos de choque, reações tropismáticas, baixos instintos, comportamentos forçados, idéias fixas, envenenamentos verbais. É um trabalho que tem por alvo todo um leque de fraquezas humanas – leque que floresce na obediência servil e conduz seus frutos às instituições para psicopatas. (Veblen, 1923).

Por sua vez, o coração do sistema socioeconômico da posse compartilhada e do trabalho humanizado como valor central é o próprio ser humano e seus potenciais de ser, saber e fazer.⁷ Portanto, o coração é político e tem a ver com quem deve ter o poder de possuir os bens produtivos e de gerir o processo de produção e reprodução ampliada da vida. O ser humano, nesta perspectiva, é entendido como *indivíduo social*, portanto, pessoa indissociável dos seus contextos sociais e históricos, interconectada com todos e com tudo, desafiada a desenvolver com os outros relações de sinergia, cooperação, partilha e reciprocidade, e com a Natureza uma relação de co-participação, de solidariedade e de interdependência material e espiritual profunda.

A evolução da economia e do próprio ser humano não depende mais de um processo automático, mas de um ser consciente, reflexivo, com um sentido de altruísmo recíproco

⁷ Trabalho entendido como « toda ação e processo transformador, criativo, libertador, orientado para o desenvolvimento da própria pessoa, de outras e da sociedade humana, pessoal e socialmente responsável, num sentido integrador de cada um consigo mesmo, com cada outro, com a sociedade e com a natureza” (Pacs e Casa, 1998:6-8). Ou, no sentido freireano, toda ação intencional e consciente que transforma o mundo da natureza em mundo da cultura, em mundo humano.

(na linguagem dos biólogos Gribbin) cada vez mais depurado. O coração da economia do trabalho, da solidariedade e da sustentabilidade da vida é o ser-relação que nós somos, o ser multidimensional, capaz de atos de liberdade, de generosidade, de partilha e de mutualidade. Estas são as relações que viabilizam a passagem do *homo consumens* ao *homo convergens* (Arruda, 2005: 58); da economia popular para a economia solidária; da economia do lucro e do mercado ‘auto-regulado’ à economia das necessidades e da produção de valores de uso, ao desenvolvimento a serviço do social e do humano, em harmonia com o meio natural; do emprego ou do trabalho precarizado, como única via para garantir a sobrevivência física, ao trabalho autogestionário, solidário, livre, emancipado; da solidariedade como eufemismo, à solidariedade consciente, que inspira a escolha do altruísmo recíproco, da generosidade, da amorosidade. Este desafio se destina não apenas aos trabalhadores da economia popular, mas também a nós educadores.

II

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: ETAPA AINDA INICIAL

A realidade dos empreendimentos do campo da Economia Solidária no Brasil é muito ainda precária. É o que revela o mapeamento desses empreendimentos realizado pela Senaes com a participação do FBES. A realidade é que a ES no Brasil, e talvez na maior parte do hemisfério Sul, ainda se encontra na infância.

Gabriel Kraychete analisa atentamente os resultados do mapeamento e observa duas debilidades a serem enfrentadas: uma, que “os grupos se ressentem [da ausência] de um maior apoio de instituições e agentes que estimulem a elaboração e o entendimento coletivo das condições necessárias à viabilidade dos empreendimentos, considerando simultaneamente os aspectos econômicos e associativos.” O outro, a urgência de promover, no âmbito de políticas públicas especialmente dirigidas ao fomento da ES, “a preparação de instituições públicas e de ensino visando a formação de educadores ou agentes de desenvolvimento desta economia aptos a prestarem uma capacitação apropriada a este tipo de organização social.” (Kraychete, 2006: 8-9)

Dificuldades e contradições neste estágio - O estágio inicial do desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil é marcado por dificuldades tanto objetivas quanto subjetivas, tanto externas quanto internas aos empreendimentos e redes. Enunciamos as mais prementes, com base na análise de Kraychete e na nossa própria práxis:

a) No campo da práxis socioeconômica:

- * **Consumo ético e sustentável** ainda muito limitado: há poucas iniciativas e redes de consumidores solidários, que tenham adotado um padrão de consumo frugal, consciente, sustentável; as dificuldades de criar pontes entre produtores do campo e consumidores da cidade incluem comunicação, transporte, custos e pouca capacidade de gestão; a participação das redes de economia solidária em campanhas nacionais e internacionais de movimentos de consumidores ainda é débil ou nula; falta entre os setores que consomem bens e serviços conhecimento e informação

sobre a relação entre crescimento econômico, consumo e meio natural; assim, o consumo ainda não tem força suficiente para influir na mudança dos rumos da produção, do comércio e da tecnologia;

- * **forma de organização ainda precária:** a maior parte dos empreendimentos são associações (54%), seguidas de grupos informais, sem proteções e garantias legais (33%) e só depois cooperativas (11%), que são a forma mais evoluída e institucionalizada de iniciativa econômica alternativa; apenas 1% corresponde a fábricas recuperadas dos donos capitalistas em estado de falência, que passaram para o campo da autogestão;
- * **a motivação predominante ainda é a fuga da precariedade:** busca de alternativa de trabalho face ao desemprego (45%), busca de fonte complementar de renda (44%), possibilidade de obter maiores ganhos (39%), e busca de atividade em que todos são donos (31%) [esta pergunta permitia mais de uma resposta];
- * **pouca diversidade de atividades e de produtos:** as atividades de produção e comercialização de produtos da agropecuária, extrativismo e pesca predominam (40%), seguidas pela produção e serviços de alimentos e bebidas e produção de artesanato;
- * **debilidade ou ausência do mercado solidário:** apenas 9% dos empreendimentos realizam trocas e vendas com outros empreendimentos ou redes solidárias, revelando que a grande maioria depende dos mercados do capital para a comercialização dos seus produtos;
- * **carência de empreendimentos de finanças solidárias:** uma vez resolvida a questão da produção, os dois maiores problemas são o acesso ao crédito e a comercialização: nossa experiência é que há uma diversidade de formas solidárias de geração de recursos financeiros para viabilizar a produção e a comercialização, desde a criação de iniciativas de poupança e crédito solidário até as trocas solidárias diretas ou utilizando moedas complementares para estimulá-las. Mas tais iniciativas ainda são poucas e incipientes no caso do Brasil; a mais bem sucedida, o Banco Palmas em Fortaleza, Ceará, tem servido de referência para a multiplicação de bancos comunitários em outros estados;
- * **deficiências na ação de redes e fóruns, e carência de cadeias produtivas solidárias,** todas indispensáveis para o êxito dos empreendimentos para além do mercado capitalista, e para o desenvolvimento de um sistema socioeconômico solidário;
- * **falta de acesso a recursos públicos:** a maior parte dos recursos públicos que percolam para a sociedade são dirigidos a empresas privadas grandes e médias; os empreendimentos populares estão geralmente reduzidos aos seus próprios recursos ou são beneficiados por ações pontuais e localizadas;
- * **falta de acesso à comunicação:** a informação reflete a estrutura cada vez mais oligopólica da economia como um todo, oferecendo uma leitura enviesada da realidade, naturalizando e banalizando a competição, a violência, o estado de guerra, a suspeita e a desconfiança, o medo, o egoísmo extremado. As entidades populares e de assessoria são desafiadas a construir seus próprios meios e redes de comunicação, a atuar elas próprias como centros irradiadores de uma visão complexa, dinâmica e evolutiva da vida, do ser humano e das relações sociais, e a facilitar o empoderamento das camadas populares para o exercício ativo e crítico da cidadania e do autodesenvolvimento;

- * **falta de legislação democrática para a economia solidária e o cooperativismo:** o trabalho para criar marcos legais que protejam, estimulem e promovam a economia social começa a dar resultados em alguns municípios e estados, mas está longe de ver correspondidos todos os seus esforços.
- b) **No campo da formação:** É evidente que, por trás de quase todas as dificuldades e obstáculos mencionados existe a carência de formação adequada para que trabalhadoras e trabalhadores das economias popular e solidária tenham êxito sustentável nas suas iniciativas, na formação de redes de colaboração solidária e na construção da Economia Solidária centrada no Trabalho e na Criatividade humanos como sistema:
- * **gestão democrática e viabilidade socioeconômica e ambiental:** a maioria dos empreendimentos carece de noções essenciais de gestão democrática e viabilidade socioeconômica para garantir a sustentabilidade dos empreendimentos. O desconhecimento do ponto de equilíbrio, a ausência de reservas para manutenção e depreciação, as dificuldades ligadas à gestão do orçamento e à solução de conflitos internos relacionados com a autogestão, a visão localista e imediatista, o desconhecimento do problemas socio-ambientais que ameaçam a humanidade e cuja solução tem a ver com o comportamento de cada pessoa, família e comunidade, são algumas evidências dessa debilidade;
 - * **compreensão da importância da tecnologia:** a apropriação de conhecimentos científicos e técnicos pelo mundo do trabalho permitirá a geração de tecnologias adequadas às suas necessidades, que geram valor agregado, aumentam a produtividade do trabalho e, em contexto democrático, participativo e solidário, constituem caminhos de emancipação do trabalho e de sustentação da vida;
 - * **conhecimento dos direitos individuais e sociais** garantidos pela Constituição e por outras peças de legislação;
 - * **superação da prática dos valores da sociedade dominante:** a maioria dos processos de formação ainda ignoram o fato de que os valores que permeiam a cultura do Capital – egocentrismo, competição como forma principal de relação interpessoal e social, apetite para acumular ou desejar bens materiais como se este fosse o caminho da felicidade, etc. – estão presentes também no campo das economias popular e solidária e se manifestam no cotidiano da vida dos trabalhadores e dos empreendimentos. Uma *mudança de esquema mental se faz necessária!* Não temer a contradição, o conflito, a crise, o sofrimento e a luta, pois elas são condição de renascimento. Assumir o desafio de considerar-se como uma arena de luta permanente entre o velho e o novo homem, a velha e a nova mulher. Desenvolver a atitude de trabalho interior para ir sempre mais além da consciência atual, no sentido de cada vez maior coerência entre o discurso e a prática, entre a intenção e a ação. Ser humildes na relação com os outros e com a Natureza. Todas estas são condições indispensáveis da práxis emancipadora, mas estão geralmente ausentes dos programas de formação.

ECONOMIA E EDUCAÇÃO SOLIDÁRIAS, COMO VIAS DE AUTODESENVOLVIMENTO

Formação e Educação solidária - O termo *formação*, que significa dar forma, pode também ser entendido como colocar na fôrma. Prefiro falar em *educação cooperativa*, ou *educação solidária*, para referir-me a uma educação que visa contribuir para o empoderamento e a emancipação dos participantes. Trata-se da educação que parte dos saberes e da prática dos educandos, e tem três objetivos complementares:

- * apropriação do saber acumulado e já sistematizado através da transmissão da informação e das habilidades (habilitação);
- * desenvolvimento das capacidades necessárias para fazer a crítica daqueles conhecimentos (capacitação);
- * apropriação dos instrumentos, conhecimentos e atitudes que propiciam a criação de novos conhecimentos para um novo fazer do mundo e de si próprio (poiese e autopoiese).

A educação solidária, nesta perspectiva, consiste na construção de *sujeitos individuais e coletivos do seu próprio desenvolvimento e educação*. Mesmo usando o termo *formação* para nos referirmos a esta educação, é importante explicitar que ele significa um processo educativo que visa a emancipação, e não a domesticação dos participantes.

Educação e desenvolvimento – Na minha opinião, a economia e mesmo a educação, embora possuam fins em si, em termos estratégicos não passam de meios para um fim maior e mais sublime, que é o desenvolvimento dos potenciais, capacidades, talentos, recursos, atributos e sentidos de que são portadores os participantes e, mais adiante, do povo e da Nação. Portanto, o desenvolvimento *integral* - pessoal, comunitário, social – é o objetivo maior e mais abrangente da educação emancipadora. Ligada ao processo de desenvolvimento, esta educação não pode ser concebida como um espaço separado do da práxis social e produtiva dos participantes.

Desenvolvimento é, pois, um processo *endógeno*, que precisa de condições ambientais propícias, mas cuja força motriz está no próprio sujeito – *o indivíduo social*⁸ - e não no seu exterior. Tendo o ser humano o potencial de desenvolver-se sempre mais além de onde já chegou, para Paulo Freire o desenvolvimento é uma *vocação ontológica e histórica* do ser humano. A educação provê os meios gnosiológicos para que a pessoa e as comunidades humanas possam gerir o seu próprio desenvolvimento.

Desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano e social - Não vamos discutir aqui a ilusão intencional promovida pelo sistema do Capital de identificar crescimento econômico com desenvolvimento. Digamos somente que, para a Economia Solidária, o

⁸ O conceito de *indivíduo social*, usado por Karl Marx ao longo de suas obras, expressa bem a realidade do ser-relação que somos, um ser ao mesmo tempo individual e social.

desenvolvimento econômico e tecnológico,⁹ tão importantes para elevar sempre mais a qualidade da vida humana e reduzir o dispêndio de energia na manutenção e reprodução da vida, não são tomados como fins, mas somente como meios para tornar sempre mais pujante e pleno o desenvolvimento humano e social. O desenvolvimento humano tem a ver com os potenciais de cada pessoa; o social, com as capacidades, recursos, potenciais dos coletivos humanos. O desenvolvimento social parte, portanto, de duas realidades inteligidas: a de que a diversidade de capacidades, recursos e potenciais dos seres que constituem aquele coletivo social é imensa e deve ser respeitada e cultivada; e a de que, em consequência dessa diversidade, o coletivo pode considerar-se possuidor de uma imensa riqueza humana, dado que a riqueza de cada um é complementar à riqueza de cada outro membro daquela sociedade.

O mundo está cada vez mais perto do entendimento de que uma condição indispensável para que o desenvolvimento humano e social se realizem de modo sustentável, ao longo do tempo e das gerações, *é que a economia não cresça indefinidamente*, como se estivesse com câncer, mas apenas até o ponto da maturidade – aquele em que ela produz e distribui equitativa e sustentavelmente a quantidade suficiente de bens materiais para suprir as necessidades de todas as pessoas que compõem a sociedade. Na situação de profunda desigualdade em que o mundo se encontra hoje, não há outro caminho senão *que o Norte rico pare de crescer e as classes ricas do Sul parem de acumular riquezas materiais*; que ambos invistam em manter e aumentar o bem-viver próprio e do conjunto da sociedade, e contribuam para a partilha adequada dos recursos e saberes capazes de garantir a manutenção e a reprodução ampliada e harmônica da vida em todo o planeta.¹⁰ A chave para que ninguém sofra de carências e necessidades não supridas é que todos cuidem de todos. E este cuidado vem da atitude de cada um – pessoa, comunidade, povo – de *dar* atenção às necessidades do outro, renunciar ao que possui em excesso para suprir o que é carência do outro. O retorno é certo, e geralmente ultrapassa o valor material do que é dado!

É aqui que emerge com toda a clareza o papel crucial da educação, da formação para o desenvolvimento de uma economia responsável, plural, solidária e sustentável. Trata-se de ajudar o ser humano a tornar-se sujeito pleno do seu próprio desenvolvimento, *enquanto pessoa e coletividade*, sujeito da atividade econômica porque possui os meios e os recursos para responder às necessidades próprias e alheias, e para garantir a reprodução ampliada e

⁹ Desenvolvimento é um processo distinto do mero crescimento econômico. Crescimento tem a ver com quantidade de riquezas e bens materiais produzidos e consumidos. Está relacionado com as necessidades básicas do corpo humano. Desenvolvimento tem a ver com a qualidade, com o desdobrar dos potenciais físicos, mentais, psíquicos e espirituais de cada pessoa e coletividade. Tem a ver com liberdade. São duas noções e processos distintos, dialeticamente interligados. O primeiro é marcado pelos limites que lhe impõe a Natureza. O segundo é ilimitado.

¹⁰ “A Educação da Práxis, afirmando a natureza simultaneamente individual e social do *Homo*, promove um ambiente cognitivo e social em que prevalece o altruísmo, não apenas como valor e como ética, mas também como o modo natural, racional e mais inteligente de preocupar-se consigo mesmo: ver-se como parte de uma totalidade mais ampla (...) entende que, sendo cooperativo e solidário, cada um *dá* atenção e se preocupa com o bem estar dos outros e, ao mesmo tempo, *se beneficia* da atenção e da preocupação de todos os outros com o seu próprio bem estar. Este é o chamado ‘jogo ganha-ganha’ da teoria dos jogos.” (Arruda, *no prelo*).

sustentável da vida; e porque tem a liberdade para aplicar nesses meios o seu trabalho, saber e criatividade.

Desenvolvimento e luta pela sobrevivência - Na vida dos trabalhadores dos setores populares, desenvolvimento é um desafio aparentemente transcendental. A situação atual do mundo do trabalho é dramática e, para muitos, crítica. Quem está empregado com carteira assinada trabalha geralmente sob pressão e com medo da demissão, dedicando horas-extra nem sempre remuneradas, a fim de garantir o emprego; 57% da população ocupada estão na informalidade (IBGE) e grande parte dos que trabalhadores da economia popular e da economia solidária estão presos à mera sobrevivência. Levando em conta a situação ainda incipiente e precária da maioria dos empreendimentos, a formação teria que concentrar-se inicialmente na construção das condições básicas para a geração de rendimento e, simultaneamente, para a garantia da sustentabilidade dos empreendimentos.

O horizonte dessa formação, porém, é grandioso. Trata-se de motivar e estimular os educandos para a luta por duas grandes metas: uma, a superação do sistema de propriedade excludente dos bens produtivos e pelo da sua posse compartilhada; a outra, a democratização dos ganhos da produtividade. No sistema da propriedade excludente, quem se apropria destes ganhos são os donos do capital, à medida que substituem trabalho humano por máquinas cada vez mais inteligentes. No sistema da posse compartilhada dos bens produtivos, a substituição do trabalho humano por máquinas (que resulta na mesma ou maior produção com menos tempo de trabalho necessário) permite, por um lado, que se compartilhem os ganhos monetários ampliados, seja com todos que contribuíram para gerá-los no interior da empresa, seja com a sociedade através de contribuições fiscais ou investimentos sociais diversos; e, por outro, que os trabalhadores compartilhem entre si a quantidade de tempo liberado do trabalho produtivo; isto quer dizer redução do tempo de trabalho necessário sem perda de remuneração ou, noutros termos, crescente emancipação do trabalho, saber e criatividade dos trabalhadores.

Desenvolvimento solidário e sustentável – A compulsão do crescimento da produção, do consumo, dos rejeitos e do desperdício são marcas da economia do Capital. Aquecimento global, quebra do equilíbrio delicado e complexo dos ecossistemas, resultando na sempre mais acelerada destruição da biodiversidade, tendência ao esgotamento dos combustíveis fósseis mais acelerada do que o desenvolvimento de fontes alternativas e renováveis de energia, desmatamento e outras formas de destruição de mananciais aquíferos, resultando em escassez crescente de água potável para uma população mundial em ascensão exponencial, desertificação, poluição industrial dos solos, águas, ar e oceanos, tudo isto forma um quadro ameaçador para a sustentabilidade da vida. De novo, uma *mudança de esquema mental* é necessária e urgente, no sentido de tornar possível o que parece impossível:

- a) A definição de metas de decrescimento econômico no triplo sentido da ecologia profunda:
 - i. economizar bens naturais consumindo menos ou apenas o suficiente;
 - ii. reutilizar, e não descartar, tudo aquilo que ainda esteja em condições de uso;
 - iii. reciclar tudo aquilo que já não está em condições de uso.
- b) Livrar-nos do apego aos bens de consumo.

- c) Adotar novos padrões de consumo e produção, concentrando na geração de energia a partir de fontes renováveis.
- d) Desenvolver sistemas de preços que levem em consideração os custos totais (financeiros, laborais, fiscais, sociais e ambientais).¹¹
- e) Vivenciar a ética da co-responsabilidade, que postula ser bom tudo que ajuda a vida a se manter e a evoluir, e é matriz de um novo comportamento para as pessoas, as empresas os governos, e as instituições financeiras.
- f) Recuperar o sentido de comunidade: compreendermos que somos *um* com os outros e o meio natural nos leva a cuidar do outro e do ambiente não apenas pelo altruísmo recíproco, mas também porque sabemos que o outro e o ambiente vão cuidar de nós!
- g) Desenvolver a ecoespiritualidade, ou a espiritualidade do lar e dos habitantes do lar, aquela que promove a harmonia comigo próprio, com os outros e com a Natureza, aquela que emana de um interior pacificado e que serve de base para uma ecologia exterior fecunda (Egger, 2005: 25).

Educação da Práxis: do senso comum ao bom senso¹² - Como bem explica Kraychete (2006: 9), a lógica dos empreendimentos populares é diferente da lógica do capital e do mercado. Na perspectiva que mencionei, da formação como elemento-chave na transição da economia popular para a Economia Solidária, os empreendimentos populares ainda manifestam uma visão apenas tática da sua inserção econômica. O senso comum que lhes é peculiar inspira iniciativas que geram trabalho e renda para melhorar no imediato suas condições de existência. Um salto de consciência no sentido de um autoconhecimento que vá além do mero corpo físico e das suas necessidades materiais, e além do espaço-tempo de sua existência pessoal, geralmente resulta da práxis do trabalho e da luta social. Práxis no sentido de prática refletida criticamente, situada nos diversos contextos espaço-temporais que a envolvem. Na linguagem de Gramsci, o bom senso, ou sentido crítico e criativo, e a visão estratégica do desenvolvimento humano e social emergem desta *educação da práxis*, (Arruda, 2005: 169)¹³. E são eles condições indispensáveis para a subjetivação dos educandos – o tornar-se sujeitos conscientes, críticos e criativos do seu próprio desenvolvimento. Este é, em última instância, o grande objetivo da educação emancipadora, que aqui estamos chamando de formação.

¹¹ Desafio interessantes para nós, economistas: o desenvolvimento de outra teoria de preços, tendo como pressupostos a solidariedade entre parceiros do intercâmbio e a harmonia com o meio natural.

¹² “A Educação da Práxis oferece visão e metodologia para o educando e o educador que desejam construir-se sempre mais além. É uma educação voltada para a integralidade do *Homo* e do seu ecossistema. Está referida não apenas à sua realidade atual, mas aos seus potenciais e atributos subjetivos e objetivos a desenvolver, enquanto indivíduo e coletividade. A diversidade de aspectos e dimensões do seu ser pessoa e sociedade abre possibilidades infinitas ao ser *ser mais*, porém é também fonte de conflito e contradição.” (Arruda, *no prelo*)

¹³ “Trata-se da apropriação da educação como relação de mútuo ensino e aprendizagem e como caminho de construção de sujeitos históricos. A Educação da Práxis supera os conceitos meramente funcionais ou estruturais da educação (...) propõe uma práxis educativa de caráter permanente, *omnilateral* (...) e *monidimensional*”. (168) Sobre o educador da práxis: “seu objetivo é que os educandos desenvolvam sua própria capacidade de *conhecer e agir criativamente* no seu respectivo campo de saber, trabalho e vida até o ponto em que possam igualar ou mesmo superar o próprio educador. Este seria, talvez, o critério mais apropriado para avaliar o êxito ou fracasso de uma ação, processo e agente educativos”. (169)

IV

ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO

Na discussão acima propus que o desenvolvimento da pessoa, da coletividade e da Nação é o sentido maior tanto da ação econômica e do trabalho formativo. Para falar de estratégias de formação, temos, portanto, que ter claro que toda atividade formativa, na perspectiva emancipadora, deve focalizar o autodesenvolvimento integral e sempre mais pleno da pessoa da trabalhadora e do trabalhador, dos seus coletivos familiar e de trabalho e, mais adiante, das coletividades humanas mais abrangentes, até a Nação e o planeta. O objetivo abrangente é, portanto, triplo:

1. A construção de empreendimentos formados por pessoas imbuídas do espírito cooperativo e solidário e das capacidades e conhecimentos para levar à prática uma economia da partilha, da justiça e da solidariedade.
2. O desenvolvimento de cadeias produtivas e redes de colaboração solidária, que sirvam de contexto relacional cada vez mais determinante das atividades dos empreendimentos.
3. A construção de um sistema orgânico de economia social que ganhe espaço na realidade e no imaginário da sociedade até tornar-se a forma mais desejável de relações sociais de consumo, de produção e de reprodução ampliada da vida.

A formação enquanto Educação da Práxis, conforme explicamos há pouco, é fator essencial desta passagem do senso comum ao bom senso, da solidariedade espontânea à solidariedade consciente, da alienação relacionada com o mundo das necessidades materiais ao reino da liberdade. Esta educação forma uma tríade indissociável com o trabalho na esfera cotidiana, e a luta social, na esfera utópica¹⁴. Há uma questão inescapável: a transição predominará de forma gradual, ou preparará um momento de ruptura e morte, como condição do renascimento?

Estratégias múltiplas de formação - As estratégias de formação variam conforme o tipo de participantes dos cursos e seus contextos espaço-temporais ou sócio-históricos. Não pode haver uma só estratégia que sirva para todos. Trabalhadores da economia popular têm um nível de escolaridade frequentemente muito baixo, alguns chegam a ser analfabetos em termos linguísticos. Além disso, estão em geral tão absorvidos com a luta pela sobrevivência que não encontram tempo e disposição para participar de cursos de formação. A motivação pode vir de familiares ou amigos. Os cursos têm que estar vinculados à sua situação de trabalhadores informais e às suas necessidades mais prementes. O método tem que consistir numa íntima interação entre a educação, o trabalho e a vida que levam. Trabalhadores da Economia Solidária, por sua vez, ainda que tendo escolhido o caminho da cooperação e da partilha, também precisam de formação, de capacitação e de reciclagem de conhecimentos e aptidões. Jovens e adultos anseiam por

¹⁴ Para mim a Utopia como projeto transformador é a guia da autêntica Política, que defino como *a arte de tornar real o possível e tornar possível o sonho impossível* (Arruda, no prelo, Introdução).

avançar para graus sempre mais elevados de formação de competências. O desafio da formação em Economia Solidária e desenvolvimento é, na verdade, permanente.

O conhecimento geral relativo à situação atual do Brasil e do mundo, aos fatores objetivos e subjetivos responsáveis pelas desigualdades sociais, pelas injustiças e pela precariedade da vida da maioria da população são todos essenciais. Mas a tentativa de iniciar com eles a formação de trabalhadores da economia dos setores populares levou ao esvaziamento de algumas experiências formativas. A pressão da luta pela sobrevivência pesou mais do que a sede de saber mais. São inúmeras as ocasiões em que participantes deixam de vir a sessões de formação por falta de dinheiro para o transporte. Para outros, porém, este tem sido o melhor ponto de partida, em particular quando é tratado de forma participativa, tomando como referência a prática dos participantes.

Incentivo material e ligação com o cotidiano facilitam a formação - Entidades de assessoria têm conseguido realizar atividades de formação oferecendo aos participantes um pequeno subsídio na forma de transporte e alimentação. Isto viabiliza a continuidade dos cursos e o avanço na consciência, conhecimento e motivação para a ação cresce na mesma proporção. Quando há subsídio e a formação não pesa no minguado orçamento doméstico, a participação é entusiasta em temas como a economia das mulheres, e como as políticas econômicas do governo e a ação do grande capital incidem na vida delas. Este é o caso de mulheres que ainda não estão organizadas em empreendimentos produtivos.¹⁵ A incidência da realidade macro sobre o cotidiano delas permite que trabalhem as várias dimensões da realidade transcendendo sem maior dificuldade a visão apenas local e imediata. O curso serve de motivação para que cheguem a apropriar-se do desafio de tornar-se protagonistas do seu desenvolvimento pessoal e comunitário, da sua própria economia familiar e da economia do país. O resultado tem sido múltiplo: no plano pessoal e familiar, elas ganham um protagonismo que nunca tiveram e começam a liderar ações de desenvolvimento que antes não chegavam a cogitar; no plano econômico, unem-se a outras para iniciar atividades que contribuem para a manutenção própria e da família; no plano organizativo, ingressam em movimentos populares mais abrangentes, como a Marcha Mundial das Mulheres e a Assembléia Popular.

A situação como ponto de partida – O Brasil de hoje faz parte de um mundo em convulsão. De todos os lados se levantam as crises, ou tendências a crises: social, financeira, da violência armada, do meio ambiente¹⁶, da educação, da saúde, da ética, do sentido da vida, da própria civilização. No momento mesmo em que a direita mais pernicioso ao Brasil e ao povo é derrotada nas urnas, surgem os sinais de que o segundo mandato de Lula pode ser ainda pior para o Brasil do que o primeiro: a promessa de crescimento econômico vem amarrada à sinalização de uma política de industrialização acelerada e a qualquer custo via grandes projetos, a acusações contra os indígenas, contra

¹⁵ Esta prática, desenvolvida pelo PACS, está sistematizada em diversos registros e fichas, disponíveis a pedido, pela internet: mulheres@pacs.org.br ou pelo telefone, 21 2210 2124 – falar com Duda Quiroga ou Sandra Quintela.

¹⁶ Esta é uma das tendências de crise global mais prementes, envolvendo uma aceleração exponencial do aquecimento global, a poluição e a destruição de mananciais e aquíferos, a contaminação dos solos, o desflorestamento acelerado, e a ameaça de crise energética com a aproximação do fim dos combustíveis fósseis em três ou quatro décadas. Ver Arruda, 2006: 13; 18-24.

os que exigem políticas de defesa do meio natural, contra os que lutam pela auditoria das contas públicas com o exterior, contra os que defendem o território e a economia nacionais contra a presença predadora de capitais estrangeiros, contra os que desejam um projeto democrático e sustentável de desenvolvimento para o Brasil. Este é o ponto de partida: recusar e resistir à ideologia do crescer a qualquer custo, mesmo que aprofundando a dependência de capitais externos, mesmo destruindo o patrimônio público e natural do país.

A economia dos setores populares tem sido, em muitas situações, uma economia do desespero. Trata-se de sobreviver a qualquer custo, com ou contra o outro, adaptando-se às regras que dominam a economia atual: regras que favorecem quem é proprietário de capital, a fim de que aumente sempre mais suas propriedades, privando e excluindo do direito de possuí-las. Competir, olhar o outro como adversário ou inimigo, esmagá-lo ou ele me esmaga, esta é a regra que domina as relações na sociedade brasileira, em especial nas grandes cidades. Sobreviver com violência à violência que me cerca. As crianças e jovens aprendem diariamente estas lições no rádio e na televisão, se vêem forçadas a saber como são feitos os crimes mais bárbaros, a praticar corrupção quando detiverem cargos públicos e ou ocuparem uma gerência de uma grande empresa ou de um banco, a aprender nos jogos eletrônicos a atirar e matar, a tomar toda violência como natural e, diante de qualquer desentendimento, a tirar uma arma e apontá-la contra o Outro... Este é o contexto em que um trabalhador ou uma viúva iniciam uma atividade econômica fora do mercado de trabalho dominado pela sede de lucro, a fim de garantirem sua sobrevivência com suas famílias.

O governo Lula não parece ter-se dado conta de que redistribuir renda e riqueza não é um desafio apenas conjuntural, que se resolve com programas benevolentes. Erradicar a fome, a miséria, o analfabetismo, a pobreza, exige a coragem e a ombridade de quem está disposto a correr risco para realizar um ideal superior: é preciso adotar três políticas complementares, capazes de compor uma constelação transformadora e libertadora – primeira, uma *reforma fiscal e tributária* progressiva, que dê prioridade às dívidas social e ambiental e que obrigue a cidadania a pagar impostos em proporção direta do seu patrimônio e da renda que auferir; segunda, a *democratização da propriedade dos bens produtivos* (terra, fábricas, usinas, empresas, lojas para quem nelas trabalham!) e do *acesso aos recursos naturais* para a garantia da vida; e terceira, a *autogestão e cogestão do desenvolvimento pelos próprios portadores dos potenciais, sentidos e recursos a desenvolver*.

Estas são propostas que fazem parte da agenda do movimento pela economia solidária. A primeira é dirigida aos três poderes da República e depende deles para concretizar-se; a segunda é um compromisso estruturante da própria Economia Solidária, ainda que necessite do apoio do governo para institucionalizar-se em pleno direito; a terceira depende da própria sociedade tomando em mãos seu desenvolvimento. A primeira realiza a função redistributiva do Estado sem tocar nas bases do sistema de propriedade privada que caracteriza o capitalismo. A segunda e a terceira, porém, substituem justamente duas das suas vigas-mestras, a propriedade e a gestão excludentes, institucionalizadas e naturalizadas pelo sistema do Capital, que dão direito de acumulação ilimitada de propriedade a uns em prejuízo e à exclusão de muitos outros. Situa-se aí o fundamento sistêmico das desigualdades sociais. E o que tem sido chamado Economia Solidária, ou Economia do

Trabalho, tem a virtude de introduzir uma nova racionalidade nas relações sociais de produção, praticando formas partilhadas de posse e gestão da produção, distribuição, finanças e consumo. Por isso, sabemos que só será tolerada pelo sistema dominante enquanto não ameaçar sua existência enquanto sistema. E precisamos de estratégias claras e consensuadas para avançar nessa luta.

O estudo da situação do Brasil e do mundo, das instituições e das relações sociais e ambientais, que são o contexto sócio-histórico no qual se situam os educandos, suas famílias e comunidades é, pois, um bom ponto de partida de qualquer processo formativo. Associado a ele, a pesquisa da situação concreta dos educandos nas esferas familiar e comunitária é, como veremos adiante, um passo metodológico importante. Aprendem a observar e interpretar sua realidade imediata e, mais tarde, a situá-la nos contextos mais abrangentes que influem sobre ela.

Desconstruindo e reconstruindo conceitos – Nossa prática de educação popular, inclusive com trabalhadores do campo, tem comprovado que o trabalho de desconstruir e reconstruir conceitos é essencial para a formação de agentes da Economia Solidária. A condição é buscar, através do diálogo com os participantes, o conteúdo que eles dão a cada conceito, a partir da sua vida e trabalho. Cabe ao educador guiá-los nesta reflexão, contextualizando-os histórica e sociologicamente e, assim, abrindo horizontes para outros sentidos possíveis a serem estabelecidos pelo diálogo coletivo. O principal objetivo é ajudá-los a romper com a dimensão simbólica do paradigma dominante, desvelando que o mundo dos conceitos que marca a cultura do Capital *naturaliza* relações que são culturalmente produzidas, como:

- * a Economia, reduzida a atividade de acumular lucros e riquezas materiais, e promovida ilusoriamente a finalidade e sentido da vida humana;
- * o Trabalho Humano, reduzido a mercadoria e a mero fator de produção;
- * a Propriedade, tornada dogma intocável e direito de alguns contra a privação dele para a maioria;
- * o Desenvolvimento como a corrida sem fim pela máxima industrialização e pelo máximo lucro realizado no Mercado total que é o mundo;
- * o Ser Humano, como indivíduo absoluto, que nasce rico ou pobre pela vontade de deus e tem que competir com todas as armas por um lugar de destaque, ou será um perdedor;
- * o Capital e o Mercado, apresentados como personalidades e seres pensantes;
- * a Democracia, reduzida ao ato de escolher representantes em tempos de eleições.

Apesar de ser muitas vezes um exercício emocionalmente difícil e mesmo doloroso, porque revela o grau de fechamento da consciência para o mais profundo e concreto do Real, tem um potencial criativo e empoderador. A formação tem que pautar estes e outros conceitos, examinando-os a partir da vida dos participantes e do educador, a fim de romper com seu sentido comum e estimular os participantes a redefini-los.

Gestão e viabilidade econômica - No caso de participantes de empreendimentos econômicos populares que iniciam a formação, o primeiro passo tende a ser necessariamente a gestão e a viabilidade dos empreendimentos de economia popular e solidária. Esta estratégia integra dois campos simultâneos do programa formativo: a capacitação técnica para levar adiante a iniciativa de forma sustentável, e as questões

associativas, isto é, aquelas relacionadas com a propriedade familiar ou coletiva do empreendimento, a autogestão, a solução de conflitos e contradições, os valores do trabalho em cooperação, a partilha, e da solidariedade, e os conceitos de direitos econômicos, de democracia econômica, de economia solidária.¹⁷ Além do aspecto prático, de partilhar num tempo relativamente curto conhecimentos essenciais para o êxito dos empreendimentos e a melhora da vida e do trabalho dos participantes, este conteúdo formativo abre portas para uma diversidade de outros campos, sem se descolar da prática de trabalho dos educandos.

Metodologia da Práxis na formação solidária – Na formação – formal e, sobretudo, não formal - de jovens e adultos que participam de empreendimentos de Economia Solidária tenho utilizado a estratégia que associa a formação em Economia Solidária com a formação para o desenvolvimento comunitário e para a autoformação. O objetivo das três é a crescente autonomia, autogestão e solidariedade dos sujeitos e entre eles. Metodologia significa estabelecer um conjunto de objetivos em comum e os meios para realizá-los na prática. Sua construção envolve um acordo ou contrato social no qual cada um e todos os membros assumem responsabilidades por tarefas e contribuições específicas, e co-responsabilidade no cuidado de cada outro e do conjunto. Chamo Metodologia da Práxis aquela que se baseia numa combinação dinâmica e criativa de ação e reflexão, prática e teoria, cotidiano e história, pessoa e sociedade. Ela propõe caminhos para articulá-las de forma progressiva e inovadora. Em todo o processo, a interação dialógica entre educador e educando é permanente, pois ambos buscam aprender do processo educativo compartilhado. Esta formação tem por finalidade prática, para além da aprendizagem teórica e vivencial, a ação transformadora.

A aprendizagem se dá em dois ciclos. Um, que articula na esfera do pensamento: visão, objetivos, pesquisa, planejamento, ação, avaliação, sistematização. O outro, que se inicia com a situação da comunidade ou da empresa no momento em que ela se reúne para pensar e planejar junta, e através de ações cotidianas coerentes com estratégias guiadas pelo objetivo geral, constrói na prática aquilo que a comunidade visualiza como seu projeto abstrato. Ambos os ciclos podem ser representados por espirais que se movem para a frente e para cima, num movimento não linear, que envolve fluxos e saltos para a frente, mas também às vezes para trás. Sua resultante, porém, ou o resultado desejado é o desenvolvimento sempre mais pleno dos potenciais e atributos e do bem viver de cada participante e da comunidade como um todo, em harmonia com seus contextos maiores, a Nação, o meio natural, o planeta.

Campos de atividade econômica responsável, plural e solidária - Enunciemos os campos interconectados a incluir em um processo de educação solidária:

1. Consumo ético e responsável.
2. Produção autogestionária.
3. Distribuição e comercialização equitativa.
4. Finanças solidárias e moedas complementares.

¹⁷ Kraychete (2006: 9-12) apresenta com riqueza de detalhes a metodologia da formação em gestão democrática e viabilidade econômica desenvolvida pela CAPINA ao longo de muitos anos.

5. Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias apropriadas, democratizadas e ecologicamente sustentáveis.
6. Educação solidária.
7. Informação e comunicação em diálogo.
8. Legislação, marco jurídico e regulações nacionais e internacionais de fomento e proteção à economia social.
9. Políticas públicas e relação Estado-Sociedade em contexto de democracia direta: direitos e deveres das Sociedades Política, Civil e Militar.
10. Ética, cultura e transformação pessoal e interpessoal.

Passos do processo de economia-educação-desenvolvimento – A aprendizagem da solidariedade na educação, na atividade econômica e no desenvolvimento pessoal e comunitário se dá, como vimos acima, em dois ciclos interligados: um, do pensamento, que articula visão, objetivos, pesquisa, planejamento, monitoramento, avaliação e sistematização, desdobrando-se na esfera do projeto abstrato; o outro, da ação, que articula o pensar, planejar e executar ações coerentes com a estratégia e os objetivos definidos no primeiro ciclo, para transformar em concreto o projeto abstrato. Eis os passos desta formação para a ação transformadora, seja a atividade econômica do empreendimento, seja as ações de desenvolvimento comunitário:

1. **Compartilhar uma visão:** a visão do projeto de longo prazo – de atividade econômica, de desenvolvimento comunitária ou de educação solidária - que una os participantes do empreendimento e o educador, a comunidade e os trabalhadores sociais que a apoiam. Ela servirá de holofote que lança luz sobre o caminho a seguir para alcançá-lo. Construir coletivamente esta visão através da pesquisa, da intuição e do diálogo provoca um encontro de intencionalidades e a construção de um consenso negociado é o passo inicial indispensável.
2. **Estabelecer os objetivos gerais:** é a definição consensuada dos pontos de chegada mais abrangentes, que aproximarão no espaço-tempo a realização da visão; a prática empreendedora, do trabalho do desenvolvimento ou da formação, combinando ação e reflexão, estudo e trabalho, teoria e prática, serão os meios para a realização das transformações que se pretende.¹⁸
3. **Pesquisa da situação:** deve ser participativa, buscando envolver cada participante, ou cada membro ativo da comunidade, a começar pelos líderes naturais; deve ser planejada em função dos objetivos do desenvolvimento do empreendimento ou da comunidade; deve envolver aspectos objetivos e subjetivos, e empregar indicadores quantitativos e qualitativos; deve identificar atores, cenários e espaços de ação dos mesmos; no caso do empreendimento, implica na apropriação do conhecimento mais profundo da própria iniciativa econômica através do estudo de gestão democrática e viabilidade socioeconômica e ambiental; a pesquisa de campo deve ser articulada com a pesquisa histórica, bibliográfica, teórica, e de outras experiências em contextos semelhantes; a interpretação dos dados recolhidos deve

¹⁸ Para Emmanuel N'Dione a verdadeira mudança “provém do interior das sociedades e é marcada por um avanço no sentido de uma maior integração de todas as dimensões da vida: é a criadora de sinergia e de sentido includente (N'Dione 2001:48). E o sociólogo africano acrescenta um elemento essencial : a mudança não é um fenômeno unilateral: “é porque nós mudamos que os outros também mudam”.

ser feita à luz da visão e dos objetivos gerais, através de análise e síntese e vai ser a base empírica para o plano da ação.¹⁹

4. **Estabelecer objetivos específicos e as estratégias para a ação:** depois desses três pré-requisitos, este é o primeiro estágio do planejamento da ação. É o momento da discussão dos resultados da pesquisa com todos os participantes, a fim de definirem juntos os objetivos específicos da ação, distinguindo os prioritários dos secundários e estabelecendo um desenho estratégico das ações a empreender, os indicadores que serão usados para o monitoramento e a avaliação, e um cronograma para sua realização. É o momento, portanto, da tomada de decisões estratégicas.
5. **Missão/compromisso:** depois de consensuadas a visão e os objetivos, é o momento de focalizar no contrato social que unirá os empreendedores na ação econômica, a comunidade em torno das ações de autodesenvolvimento e os educandos em torno do programa de estudo. Estas ações estão relacionadas com procedimentos concretos, mas também com tomadas de decisão autogestionárias e coletivas. É o momento de definir quem fica responsável por quê, e como serão tomadas as decisões operativas. Os termos do compromisso ou do acordo devem especificar o alcance e os limites do papel do assessor, do trabalhador social ou do educador, assim como o método de sua intervenção.
6. **Concluir o plano de ação:** este é o momento de elaborar o plano de ação econômica, de desenvolvimento comunitário, ou da própria formação. Na perspectiva da práxis, todos os aspectos e dimensões do educando como pessoa e coletividade devem ser contemplados.²⁰ Desdobra-se em duas dimensões: uma, estratégica e de médio prazo; a outra, tática, envolvendo as ações e procedimentos imediatos que os participantes irão realizar. Sua referência são sempre os objetivos e a visão, e seu fundamento ético é o acordo feito entre os participantes do projeto. O plano deve abranger todos os aspectos da realidade do empreendimento, da comunidade ou da turma em formação. No caso do empreendimento, todas as questões definidas pelo estudo de gestão e viabilidade, assim como as dificuldades, obstáculos e desafios analisados e sintetizados no Passo 3.²¹
7. **Ação:** este é o momento de levar à prática as ações e procedimentos previstas no plano. É a dimensão prática da ação socioeconômica, do processo de desenvolvimento ou de formação, em oposição aos momentos anteriores, mais relacionados ao pensamento, à reflexão, à teorização. A ênfase aqui é no processo, no movimento do agir solidariamente.²² É o espaço real de mudança nas condições objetivas da situação, que tem o poder, inerente a ela, de realizar também transformações subjetivas: momento de poiese e autopoiese ao mesmo tempo.

¹⁹ Merece referência a obra coordenada por Carlos R. Brandão, 1999, *Repensando a Pesquisa Participante*, Editora Brasiliense, São Paulo, de vários autores, em particular os capítulos de Carlos Brandão e Vera Gianotten com Ton de Wit.

²⁰ Ver no Anexo I os aspectos e dimensões que devem estar presentes em todo plano de formação e de ação de desenvolvimento, na perspectiva integral que é a da práxis.

²¹ As dificuldades e os desafios enunciados no início deste texto também ser contemplados pelo plano de ação.

²² « As atividades enquanto finalidades importam menos do que aquilo que elas podem ensinar aos atores. (...) É o domínio do processo que vai da questão à resposta, isto é, o descobrimento de uma solução, desde sua identificação e das escolhas que se impõem até sua experimentação que é determinante e libertador. O caminhar importa tanto quanto o resultado.” (NDione 2001:48)

8. **Avaliação e nova pesquisa:** feito a meio percurso, e de novo no final de cada etapa, e do projeto inteiro, este é o momento de questionar a ação, as realizações, o método, o envolvimento dos seus protagonistas à luz dos objetivos e visão acordados. Avaliar criticamente a nova situação objetiva e subjetiva gerada pela ação realizada abre o espaço para um novo ciclo de ação, desenvolvimento ou formação. Ajuda a tornar os protagonistas mais conscientes dos seus próprios potenciais e capacidades, a avaliarem o grau de empoderamento alcançado e seus limites. Tem como sentido maior mostrar que o desenvolvimento é um processo sempre em marcha, nunca completo: não há caminho, posto que nossos potenciais são ilimitados, não há ponto de chegada!

Resumindo, a Educação da Práxis é um caminho de empoderamento de pessoas e comunidades com o apoio de educadores da práxis.²³ A Metodologia da Práxis é um roteiro teórico de abordagem educativa emancipadora. Ela se aplica tanto à formação quanto à atividade econômica solidária, quanto ao desenvolvimento comunitário.

Formação cooperativa – Os movimentos cooperativos, a meu ver, fazem parte, pelo menos virtualmente, da economia solidária. Digo isto porque considero que, embora limitados em relação aos da Economia Solidária, os princípios do cooperativismo²⁴ são consistentes com os da economia solidária. Quando a prática de uma cooperativa nega aqueles princípios, ela própria está se excluindo do autêntico cooperativismo. Existe uma multiplicidade de estratégias de formação no cooperativismo, que merecem ser conhecidas e aproveitadas na formação para a economia dos setores populares. Menciono duas pela sua relevância para a nossa discussão.

- * **Educação cooperativa: a união faz a vida** – O próprio nome já é significativo, pois expressa a vida como diversidade em busca de união, e propõe a cooperação, o diálogo e a participação plena como os caminhos para unanimizar a diversidade humana. Considero a incursão da educação cooperativa na instituição da escola e da universidade de importância estratégica para a superação do paradigma da propriedade, do lucro, do egoísmo e da competição. O objetivo do programa Sicredi/Unisinos (1995) é praticar a educação cooperativa, participativa e solidária, nas escolas de 1º grau. O diálogo e a convivência com as contradições são vistos como caminhos para a construção de uma sociedade democrática e cooperativa. (Ver Anexo 2)
- * **Colacot – programa de reflexão e ação com trabalhadores** – A Confederação Latino-Americana de Cooperativas e Mutuais de Trabalhadores, Colacot, articula cooperativas e mutuais de trabalhadores em 21 países da América Latina e Caribe. Tem estratégias de formação de jovens e adultos em educação básica secundária,

²³ Uma rica reflexão feita por Carlos R. Brandão a respeito do papel do educador da libertação no pensamento de Paulo Freire se encontra no capítulo *Memórias de Paulo: o Professor Reflexivo na Escola Cidadã*, em Brandão, Carlos R., 2002, “A Educação Popular na Escola Cidadã”, Vozes, Petrópolis.

²⁴ Livre acesso, adesão voluntária e consciente; base democrática de organização; juro limitado ao capital; distribuição proporcional das sobras; educação constante; e intercooperação (Sicredi/Unisinos, 1995: 25-26). Merecem ser comparados com os Princípios da RBSES enunciados na Carta de Guarapari, 2004. www.redesolidaria.com.br.

educação média e graduação universitária. As unidades escolares estão baseadas em Bogotá, Colômbia. (Ver Anexo 3)

Nos dois casos os programas expressam a visão abrangente que marca estas estratégias de formação, e a relação omnipresente das diferentes disciplinas e campos de conhecimento com os valores da cooperação, da mutualidade e da solidariedade.

CONCLUINDO

*A situação do mundo moderno se compara com a “de um homem engolido por um monstro...
Ou errando num labirinto que é, em si mesmo. O símbolo dos Infernos...
E, todavia, aos olhos do primitivo, essa experiência terrível é indispensável
para o nascimento de um novo homem.
Nenhuma iniciação é possível sem o ritual de uma agonia, uma morte e uma ressurreição...
A angústia do mundo moderno é o sinal de uma morte iminente,
mas de uma morte que é necessária e redentora,
pois ela será seguida por uma ressurreição e pela possibilidade de alcançar
um novo modo de ser, o da maturidade e da responsabilidade.”*
Mircea Eliade (1975: 237)

Desafios estratégicos - políticos, econômicos e éticos - desta etapa: Para além das dificuldades, existem contradições mais abrangentes, que levantam desafios para o movimento:

- * **o desafio de mudar de escala:** tanto empreendimentos como redes solidárias ainda operam em espaços muito limitados do território geoeconômico, no caso brasileiro; um desenvolvimento em muitos planos é necessário para que a economia solidária mude de escala, seja setorialmente (serviços, agricultura, indústria, tecnologia, finanças), seja em relação aos biomas ou aos ecossistemas que compõem o território (que não se limitam às fronteiras políticas estabelecidas!), seja à economia como um todo, seja também na relação com empreendimentos e redes solidárias da América Latina e Caribe, e noutros continentes;
- * **o duplo desafio da comercialização:** por um lado, os empreendimentos têm que comprar e vender quase sempre no mercado do Capital; como competir neste mercado sem ser cooptado e afinal trair os princípios da cooperação? Por outro lado, a Economia Solidária só cresce se as redes de empreendimentos desenvolverem mercados solidárias, métodos cooperativos de formação de preços e trocas solidárias; como conseguir isto sob a pressão de vender a produção o mais rápido possível e, muitas vezes, a qualquer custo?
- * **converter os sindicatos de oponentes em aliados:** a luta pela defesa do emprego e de níveis mais justos de salário é complementar à luta por uma economia hegemônica pelo mundo do trabalho. Mas os sindicatos, principalmente as lideranças, não vêm assim e ainda opõem resistência ao cooperativismo e à economia solidária. Não percebem que o sindicalismo, na era da globalização neoliberal, só tem futuro na Economia Solidária! Como transformar oponentes em aliados e criar as sinergias necessárias para se expandir?

- * **desafio de construir e implementar um plano estratégico de superação do sistema privatista e competitivo do capital:** um sistema de propriedade socializada, cooperativo e fundado em associações voluntárias de trabalhadores é possível? Que condições objetivas e subjetivas são necessárias para a sua realização?
 - socialistas revolucionários dizem que só com estado centralizado ou movimento revolucionário;
 - socialistas evolucionários respondem que o socialismo será fruto da evolução do capitalismo até o seu limite;
 - qual a nossa visão ou intuição, enquanto educadores da solidariedade?
 - Com a experiência histórica acumulada dos social-estatismos, qual seriam as formas e o conteúdo autêntico do Socialismo?
- * **contradições no seio da Economia Solidária:** esta evidencia a emergência de um novo modo de produção dentro do velho sistema do Capital. Mas como enfrentar a tendência a reproduzir os defeitos do atual sistema:
 - competição entre sócios por prestígio e poder
 - competição entre empreendimentos pelos mesmos mercados
 - competição entre empreendimentos por contratos com governos
 - conflito entre a visão egocêntrica de ser humano e as formas sociais de organização solidária da produção e do consumo
 - a lógica do lucro se opõe à lógica do valor de USO e da satisfação das necessidades
 - em contexto de relações competitivas, como adotar comportamento consciente e coerente com os desafios da harmonia com o ambiente?
 - como combinar presença no Estado com protagonismo da sociedade civil organizada?
- * **como combinar a luta por transformações:**
 - **objetivas** – sistema da propriedade e da indústria, instituições, relações sociais de produção e com o meio ambiente;
 - **subjetivas** - revolução intelectual, moral, cultural, ética, espiritual; relações pessoais e interpessoais, com a espécie, com a natureza?
- * **atual governo brasileiro preso no antagonismo:** o Estado é dirigido por um governo que enuncia um projeto social, mas insiste que o protagonismo seja do capital e do mercado; mantém uma área de governo dedicada à Economia Solidária (a SENAES), mas opta por uma política econômica neoliberal e uma política social apenas assistencial e compensatória; como pressioná-lo em favor da radicalidade democrática e da subordinação do econômico ao social e ao político?
- * **economia e Estado democratizado:** que fazer com a economia quando tomado o poder do Estado?

Em síntese - Há que diferenciar entre a formação homogeneizadora que o sistema do Capital promove da educação emancipadora que é parte integrante e essencial da Economia Solidária. Assim como os sistemas são antinômicos, as respectivas educações também o são. Um coloca na fôrma e treina para a competição, a predação e a cobiça, o outro educa para a liberdade, para a autogestão, para a criatividade e para a solidariedade consciente. Um treina para o pensamento único. O outro libera a mente e o espírito para apreender, pesquisar, observar participativamente, criticar, recriar, num movimento de crescente

autopoiese, em que o outro é meu indispensável complemento, a quem respeito e acolho como outro, e não como projeção de mim. A este sistema eu chamo Educação da Práxis, ou caminho emancipador de formação para os setores populares.

A Educação da Práxis promove o auto-empoderamento para ‘ser mais’. O empoderamento para o autodesenvolvimento e o codesenvolvimento é um desafio no âmbito do amor. Maturana e Varela dizem “o amor, ou se não queremos usar uma palavra tão forte, *a aceitação do outro junto a si* na convivência, é o fundamento biológico do fenômeno social: sem amor, sem aceitação do outro junto a si não há socialização, e sem socialização não há humanidade” (Maturana e Varela, 1984: 163). Com base nesta noção, proponho que *amor é sinônimo de empoderamento de si próprio e, igualmente, respeito, apoio e reconhecimento do direito do Outro ao seu próprio empoderamento*. Educar, portanto, na perspectiva da práxis libertadora, é apoiar o educando no seu processo de desalienação e de empoderamento para o pleno auto e codesenvolvimento. Ao fazer isso, o educador também se educa e se desaliena um pouco mais.

Na sua humilde impecabilidade, o educador da emancipação deseja que o educando o alcance, e mesmo o supere, nas três artes de ser, saber e fazer. Um tal educador pratica a educação amorosa. E quando esta educação está a serviço de uma economia solidária, ela informa as relações que tecem a economia com um conteúdo social, solidário, amoroso. E do amor brota naturalmente o fim maior da nossa existência na Terra: a vida sempre mais plena, a felicidade.

BIBLIOGRAFIA

Arruda, Marcos, 2006, *Ética, Espiritualidade e Sustentabilidade*, monografia, CNBB e PACS, Rio de Janeiro: www.pacs.org.br.

Arruda, Marcos, 2005, *Humanizar lo Infra-Humano- La formación del ser humano integral: homo evolutivo, praxis y economía solidaria*. Icaria Editorial, Barcelona

Arruda, Marcos, *no prelo, Tornar Possível o Sonho Impossível - a formação do ser humano integral: Educação da Práxis e Economia Solidária*. Editora Vozes, Petrópolis.

Burke, Bev et al, 2002, *Education for Changing Unions*, Between the Lines, Toronto.

Coraggio, José Luis, 2003, *Economia do Trabalho*, in “A Outra Economia”, Veraz Editores, Porto Alegre.

Egger, Michel-Maxime, 2005, *Vers une ‘ecospiritualité’*, in « Choisir », Lausanne.

Eliade, Mircea, 1975, *Myths, Dreams and Mysteries*, Harper&Row, Nova York.

Kraychete, Gabriel, 2006, *Sustentabilidade dos Empreendimentos da Economia Popular Solidária*, monografia, Universidade Católica de Salvador, Bahia.

Maturana, Humberto, 1990, *Emociones y Lenguaje en la Educación y Política*, Hachette/CED, Santiago de Chile.

Maturana, Humberto e Varela, Francisco, 1984, *El Árbol del Conocimiento: Las Bases Biológicas del Entendimiento Humano*, Editorial Universitaria, Santiago de Chile.

Núñez, Orlando, 2002, *La Economía Popular Asociativa y autogestionaria*, Editorial Cipres, Managua.

Pacs e Casa, 1998, *Construindo a socioeconomia solidária do espaço local ao global*, Série Semeando Socioeconomia, Pacs, Rio de Janeiro.

Sarría, Ana Mercedes e Tiriba, Lia, 2003, *Economia Popular*, in “A Outra Economia”, Veraz Editores, Porto Alegre.

Sicredi/Unisinos, 1995, *A União Faz a Vida*, coordenação de Miriam Zelzer Fialkow, Porto Alegre.

Veblen, T., 1923, *Absentee Ownership and Business Enterprise in Recent Times*, New York, Reprints of Economic Classics, 1964, p. 306-7.

ANEXO 1 – CAMPOS DA FORMAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

Supondo que está clara a ligação entre Economia Solidária, empoderamento para o desenvolvimento próprio, individual e coletivo, e educação libertadora, vejamos que aspectos e dimensões pretendemos educar. Se a finalidade é servir ao desenvolvimento *integral* do ser humano, a educação tem que ser *omnilateral* – abrangendo todos os aspectos da vida dele e dela – e *omnidimensional* – incluindo todas as dimensões que constituem o ser complexo que somos. Os programas e currículos, portanto, precisam compreender:

CAMPOS SOCIAIS

1. **o campo econômico:** a produção e reprodução da vida, o cuidado das diversas casas que habitamos – o corpo, a família, a comunidade, a nação, o planeta; a a aprendizagem do planejamento, da gestão, da ciência, da tecnologia;
2. **o campo social:** a gestão individual e coletiva do bem viver de cada um e de todos;
3. **o campo político:** a partilha das decisões relativas à visão de conjunto e de processo, à definição de objetivos, estratégias e táticas de ação concertada, à promoção de espaços genuinamente participativos, à gestão partilhada das instâncias de representação e de implementação das ações de desenvolvimento;
4. **o campo cultural:** a formação da consciência crítica e criativa a partir da prática e da teoria, a edificação de valores, atitudes, comportamentos, modos de relação de acordo com a ética da vida, a produção da beleza através das várias artes, a espiritualidade, ou o modo de cada um viver conscientemente seu próprio caminho de espiritualização;
5. **o campo socioambiental:** a visão ecossistêmica, a sustentabilidade fundada no respeito à Natureza, aos seus ciclos e aos seus limites, e na solidariedade recíproca e com as gerações futuras;

CAMPOS PESSOAIS

1. **o campo vital:** o dos instintos a tornar conscientes, a manutenção da vida, a unidade orgânica do ser cuja existência é um contínuo *estar sendo*; o da ligação ontológica com a Mátéria, a mãe-Terra; o da educação e desenvolvimento dos sentidos materiais – audição, gosto, tato, odor, visão, sexual-genital; o da vinculação entre o educativo e o fisioterapêutico;
2. **campo mental:** a realidade pensante, a racionalidade, a intenção, a vontade, o desígnio, a idéia, *todos estes situados no seu contexto histórico-social, no seu ecossistema*;
3. **o campo sentimental:** o que compara e escolhe segundo hierarquias de valores racionais, que correspondem às normas gerais da razão; o que desempenha o papel de *sinapse* entre o campo mental e o emocional; o da educação e desenvolvimento dos sentidos imateriais – sexual-emocional, humano, da Espécie, de pertencimento, do ego a superar e do Ser profundo, da vida e da morte, evolutivo, cósmico, da totalidade ou da Unidade da Diversidade, do Amor, do futuro, entre outros;
4. **o campo psíquico:** o do conjunto dos fenômenos psíquicos – consciente e inconsciente – que formam a unidade da personalidade, a intuição, as diversas aptidões do conhecimento; o da ética e da estética supra-racionais; o da vinculação entre o educativo e o psicoterapêutico;
5. **o campo espiritual:** aquele em que a linguagem cria e comunica significados; o do vivenciar e conhecer a dimensão invisível do Real; o campo profundo em que se dá a emancipação; o campo da relação com o Divino que se manifesta subjetiva e objetivamente como a Vida da vida no próprio sujeito, no Outro e no mundo.

Cabe incluir na abordagem da educação para o desenvolvimento integral a educação dos diferentes tipos de inteligência: dentro de duas grandes famílias interligadas na mesma pessoa, a racional e a intuitiva, as inteligências naturalística, verbal/linguística, espacial, intrapessoal, musical, racional/lógica/matemática, corporal/cinestética, pictográfica, reconhecedora de padrões, psicográfica, mística/espiritual. O reconhecimento destes diversos tipos de inteligência afasta o educador da ilusão de que alguém pode ser julgado não inteligente simplesmente porque tem dificuldades no plano racional/lógico/matemático ou verbal/linguístico. Pelo contrário permite que o educador possa identificar as forças e debilidades de si próprio e de seus educandos, e trabalhar para o desenvolvimento harmônico das várias inteligências usando o critério da proporcionalidade para o emprego da energia e tempo no desenvolvimento de cada uma. Também lhe permite, no contexto da turma ou da comunidade, realizar a concertação das diferentes inteligências num processo que une diversidade e complementaridade, gerando uma sinergia criativa que vai muito além da mera soma linear de inteligências presentes nelas.

ANEXO 2 – Educação Cooperativa: a União Faz a Vida

A introdução é dirigida aos educadores e o programa inclui:

- * história do cooperativismo no mundo, no Brasil e no Rio Grande do Sul;
- * educação ambiental, preocupação com a vida;
- * uma abordagem cooperativa do ensino da Língua Portuguesa;
- * Língua estrangeira moderna;
- * Ciências físicas e biológicas: aprendendo a cooperação e o conflito com a natureza;
- * Matemática como instrumento para fazer economia e resolver problemas da vida;
- * Estudos sociais
- * Educação artística
- * Educação física e sua contribuição para uma ação interdisciplinar de construção do conhecimento
- * Educação religiosa, no sentido de união, reunião, unidade, comunidade
- * Informática para reforçar a cooperação e a educação
- * História do Direito Cooperativo Brasileiro: cidadania amparada
- * Cooperativas Escolares: exercício da solidariedade.

ANEXO 3 – Programas de Educação Cooperativa da COLACOT

- * **Educação básica secundária**
 - Religião e ética, educação sexual
 - Ciências sociais
 - Espanhol, humanidades e inglês
 - Ciências naturais
 - Matemáticas e física
 - Informática e tecnologia
 - Educação física e artística
 - Educação comunitária, incluindo:
 - Organizações solidárias
 - Cultura solidária
 - Direito e legislação
 - Administração e finanças
 - Núcleos problemáticos articuladores
 - Meio ambiente e organizações solidárias
 - Comunicação e cultura solidária
 - Violência e o país
 - Ciência, tecnologia e desenvolvimento comunitário
- * **Educação média**
 - Ética e valores
 - Democracia e Constituição política
 - Filosofia
 - Espanhol, humanidades e inglês
 - Ciências Naturais – química e física
 - Matemática
 - Informática e tecnologia
 - Educação física
 - Desenvolvimento humano sustentável
 - Gestão solidária
 - Educação comunitária
 - Fundamentos da economia solidária
 - Organização e gestão comunitária
 - Núcleos problemáticos articuladores
 - Qualidade de vida e ética cidadã
 - Equidade, convivência e sociedade

- * **Universidade La Gran Colombia - Programa de graduação virtual**
 - Comunidade e solidariedade
 - A relação com meu mundo
 - Meu encontro com o outro: alteridade
 - Significado e sentido de comunidade
 - Construir comunidade - pessoa
 - Construir comunidade – família, comunidade, entorno
 - Organizações solidárias
 - O mundo das organizações
 - Minha organização
 - Significado e sentido das organizações
 - Organização das organizações solidárias
 - Construir organização solidária
 - Fundamentos da Economia Solidária
 - Economia, família e trabalho
 - Economia Solidária e comunidade
 - Significado e sentido da Economia Solidária
 - Humanizar a economia
 - Desenvolvimento da Economia Solidária
 - Direito e legislação solidária
 - Constituição nacional e comportamento solidário
 - Problemas: participação cidadã e comunitária
 - Significado e sentido da legislação solidária
 - Legislação e trabalho associativo
 - Estado social de direito e legislação solidária
 - Núcleos problemáticos articuladores
 - Meio ambiente e solidariedade
 - Comunicação e cultura solidária
 - Violência, solidariedade e nação
 - Ética política, solidariedade e qualidade de vida
 - Equidade, convivência e sociedade